

REPRESENTAÇÃO DA MILITÂNCIA FEMININA NO PERÍODO DE DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL E A SUA AUSÊNCIA NO LIVRO DIDÁTICO NA CONTEMPORANEIDADE

Janaína Vicente da Silva¹ – UEPB

Laianny Cordeiro Silva de Souza² - UFPB

RESUMO

Neste texto trataremos a respeito da militância feminina no período da Ditadura Civil-Militar (1964 – 1985), no Brasil, sendo relevante, para tanto, os textos de Susel Rosa (2013), L. Margareth Rago (2009 e 2012), Tania Swain (2011), dentre outros. Assim como, frisaremos a ausência deste tema em livros didáticos, na contemporaneidade. Situação esta, que exemplificaremos por meio de uma análise no livro didático *Projeto Mosaico: história* (2015) utilizado nas turmas de 9º ano, do ensino fundamental, das escolas públicas do município de Pilar (PB). Nosso propósito, portanto, com este estudo é construir uma narrativa que demonstre como já foi posto por estes trabalhos que utilizaremos como embasamento, que as mulheres através da sua militância ocuparam, também, um papel fundamental na História deste país contra a Ditadura Civil-Militar.

Palavras - Chave: Livros Didáticos. Militância Feminina. Ditadura Civil-Militar.

MILITÂNCIA FEMININA NO PERÍODO DE DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL

Não é demais lembrar, mais uma vez, como as mulheres estiveram presentes nas lutas de resistência às ditaduras militares implantadas na América Latina, nos anos setenta e, paradoxalmente, como têm estado ausentes, com algumas exceções, nos textos históricos e nas produções biográficas e autobiográficas, em que se narram os trágicos acontecimentos que marcam dolorosamente

¹Estudante de Pós-graduação em Educação Étnico-racial na Educação Infantil (2016), da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Graduada em Licenciatura Plena em História (2016), pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB.

²Mestranda em História, na área de História e Cultura Histórica (2017), pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Especialista em História e Cultura no Brasil (2016), pela Universidade Estácio de Sá. Graduada em Serviço Social (2015), pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Graduada em Licenciatura Plena em História (2014), pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB.

esse período. Não é demais insistir sobre a importância de ouvir suas vozes e de escutar atentamente os seus depoimentos e testemunhos, especialmente quando desfazem as mentiras oficiais, revelam episódios que muitos gostariam de calar e expõem a nu a violência física exercida sobre seus corpos, nas prisões, em sessões de interrogatório e tortura, ou ainda, a violência simbólica em suas inúmeras dimensões. (RAGO, 2009, p. 7)

Assim escreveu Margareth Rago na apresentação intitulada *Desejo de memória*, do Dossiê *Memórias insubmissas: mulheres nas ditaduras latino-americanas* (2009). Neste texto, ela trata sobre parte do que discorremos aqui, isto é, de forma mais detalhada, faremos considerações sobre a participação das mulheres nas lutas contra a Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964 – 1985) e o fato das ações desenvolvidas por elas nos espaços públicos durante esse período quase não serem divulgadas.

Ressaltamos que, quando se tem um espaço para o relato de tais ações, os nomes citados e as escassas informações que aparecem são sempre a respeito de algumas poucas mulheres que ficaram famosas. Não sendo diferente no livro didático *Projeto Mosaico: História*³ (2015), que utilizamos para exemplificar a quase que total ausência desse tema nos livros didáticos utilizados nas salas de aulas atualmente. No capítulo que trata sobre a Ditadura Civil-Militar, o pouco conteúdo que traz as ações de mulheres aparece vinculado ao nome de Elza de Lima Monerat⁴ (*in memoriam*) e da cantora Elis Regina (*in memoriam*).

Enfatizamos, ainda, que, quando ocorre, a abordagem sobre as mulheres, na maioria das vezes, elas são apresentadas, apenas, como coadjuvantes dos movimentos e das lutas. E não como “mulheres que souberam lutar, resistir e encontrar seus próprios espaços, produzindo seus saberes e afirmando ousadamente estilos libertários e feministas de existência.” (RAGO, 2013, p. 16 apud ROSA, 2013, p. 16) Permitindo assim, que a situação de silenciamento e exclusão do feminino no que se refere a suas atuações no espaço público continuem acontecendo nos dias atuais. Chamamos a atenção, também, para o fato de que isto acontece em oposição ao desejo de “ampliar o arquivo e abrir espaço para um contato mais estreito com as memórias das lutas

³VICENTINO, Cláudio. *Projeto Mosaico: História*. São Paulo: Scipione, 2015.

⁴“Filiada ao PCdoB desde 1945, Elza marcou sua trajetória política pela abnegação e zelo com que tratava as tarefas da luta pela democracia e pela liberdade. [...] Elza teve papel de destaque na reorganização do partido em 1962 e foi uma das dirigentes e organizadoras da Guerrilha do Araguaia.” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2004) Disponível em: <<http://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=3&nuSessao=160.2.52.O&nuQuarto=70&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=16:16&sgFaseSessao=OD%20%20%20%20%20%20%20%20&Data=11/08/2004&txApelido=JANDIRA%20FEGHALI&txEtapa=Com%20reda%C3%A7%C3%A3o%20final>>. Acesso em: 05 de maio de 2017.

femininas e feministas do passado recente.” (RAGO, 2009, p. 7-8) Perspectiva essa apresentada aqui por Margareth Rago e da qual compactuamos.

Dessa maneira, propomos citar neste texto versões apresentadas em textos acadêmicos que apresentam mulheres atuantes e que lutaram pelos seus ideais. Levando em consideração que “Ainda temos muito a dizer, a lembrar e a escrever; ainda temos muito pelo que lutar. O direito à verdade, à memória e à história ganha toda força nessa direção.” (RAGO, 2009, p. 8) Pretendemos, desse modo, trazer para a memória coletiva as histórias de luta das mulheres que continuam silenciadas nos livros e na história de maneira geral, dando lugar à pluralidade e singularidade histórica, isto é, trilhando por experiências que vão além das narrativas tidas como universais.

“Sabemos que, em sociedades patriarcais como a nossa, o lugar das mulheres ao longo dos séculos, oficialmente, tem sido o espaço privado – o espaço doméstico da casa, da cozinha, do quarto etc. Espaço marcado pela invisibilidade e pelo silêncio.” (ROSA, 2013, p. 45) Espaço que foi extrapolado por mulheres que não aceitaram essa delimitação, que a elas foi imposta, de onde poderiam atuar; e que não compactuaram com o Regime Militar. Dessa forma,

Elizabeth Ferreira salienta que as mulheres não eram acusadas somente por serem terroristas, mas acusadas duplamente por serem “terroristas” e “mulheres”: uma combinação infame para a repressão. Desde o momento da prisão até o horror da sala de torturas, estavam nas mãos de agentes masculinos fiéis às performances de gênero, que utilizavam a diferença como uma forma a mais para atingir as mulheres. (ROSA, 2013, p. 59)

Para os “Agentes que viam as mulheres militantes como “desviantes”, aquelas que renegavam sua “natureza” ousando ocupar o espaço da luta política.” (ROSA, 2013, p. 60), eram mais que justificadas suas ações violentas, contra estas que iam além dos limites estabelecidos para elas atuarem.

No livro *Mulheres, ditaduras e Memórias* (2013), Susel Oliveira da Rosa, traz as trajetórias de Nilce Azevedo Cardoso⁵ e de outras mulheres.

Mulheres que enfrentaram seus inimigos e resistiram e continuam resistindo como um hábito de lutar pelos direitos humanos e se tornarem cada vez mais humanas, tendo uma arma imbatível: um amor verdadeiro, exigente, que nos une à humanidade e nos faz colocar nossa inteligência a serviço do mundo. (CARDOSO, 2013, p. 25 apud ROSA, 2013, p. 25)

No Capítulo que escreveu a respeito de Nilce Cardoso, Susel relata que,

⁵“Ex-presa política e atual psicopedagoga.” (RAGO, 2013, p. 13 apud ROSA, 2013, p. 13)

mesmo sabendo que poderia não ser fácil escapar da repressão, Nilce escolheu um modo de existência livre e alegre ao viver a clandestinidade, furtando-se à paixão triste do militante sombrio. Encarnou a militante que afirmava a vida. Ao habitar esse espaço liminar da clandestinidade, Nilce transformou a possível solidão num espaço povoado de encontros. Convicta de seus ideais revolucionários – a subjetividade revolucionária não havia sido capturada pelo partido -, a ética da alegria marcava seus dias, apesar do medo e da tensão de a qualquer momento poder ser descoberta por aqueles que comunicavam os afetos tristes dos poderes estabelecidos. (ROSA, 2013, p. 56-57)

Viver na clandestinidade foi muitas vezes a única alternativa para manter-se longe dos interrogatórios, das torturas e da morte.

Desterritorialização geográfica, emocional e psíquica, a clandestinidade, enquanto experiência liminar, está estreitamente ligada à invisibilidade: tornar-se um clandestino significa tornar-se invisível. No caso de Nilce. Invisível dentro de seu país. Invisível para a repressão, invisível para sua família, invisível também para os seus companheiros de militância política que não deveriam saber da sua história. Apenas uma militante – ora Vera, ora Regina, ora Mônica, mas nunca Nilce. (ROSA, 2013, p. 49)

Situação essa não somente enfrentada por Nilce, mas, por quase todas(os) que detinham ideais que divergiam do regime. E assim tiveram que ficar longe das suas rotinas, dos familiares e parentes.

Na maioria dos casos tiveram que usar pseudônimos, como foi o caso de Nilce, para não serem descobertos(as) e protegerem os(as) seus(suas) companheiros(as). Esses eram “Tempos de estado de exceção, de ditadura, de repressão, de pena de morte, de assassinatos e perseguições políticas explícitas.” (ROSA, 2013, p. 19)

Essas diversas formas de violência que acima citamos e ao desejo de permitir ao outro que se apresente, foi e será como afirmou Rago,

impossível calar. Quarenta anos depois, é preciso lembrar, pois o silêncio sobre esse triste passado significaria uma segunda derrota para os que se foram, para os desaparecidos/os, mortos/os, eliminados/os da cena pública pelo terrorismo do Estado. Mais do que isso, resultaria numa traição que atormentaria incessantemente o presente. (RAGO, 2009, p. 8)

Esse compromisso investigativo e de elaboração das narrativas que retratam as ações desenvolvidas pelo outro(a) faz parte do ofício dos(as) historiadores(as), tendo em vista, que

a recriação de um mundo anterior é importante para o fortalecimento das relações sociais, para a constituição de um nós, de um sentimento de pertencimento comum, onde o passado deveria ser visto como algo acabado, porém como um tempo possível de ser ressignificado, a partir do presente em direção ao futuro. (MORIGI; ROCHA; SEMENSATTO, 2012, p. 189)

Com relação à História das Mulheres, no Brasil, muito ainda se tem para ser desvendado, estudado e dito. E considerando que a escrita sobre essa temática ainda não é tão abundante, mesmo sendo comprovada a sua importância no sentido de tentarmos compreender fragmentos do que foi vivido pelo(a) outro(a) e de possibilitar que esse(a) outro(a) possa ser apresentado em outras versões. E de modo mais específico, no caso das mulheres, exercendo o seu papel de agente ativo e fundamental na história e especialmente na luta contra a Ditadura Civil-Militar. Devemos ressaltar que,

fontes orais são condição necessária (não suficiente) para a história das classes não hegemônicas, elas são menos necessárias (embora de nenhum modo inúteis) para a história das classes dominantes, que têm tido controle sobre a escrita e deixaram atrás de si um registro escrito muito mais abundante. (PORTELLI, 1997, p. 37)

E que, dessa maneira,

as narrativas construídas através de cartas, correspondências, memórias, diários, autobiografias, blogs, entrevistas, entre outras “adquirem enorme importância para as mulheres, já que escrever é romper com o anonimato; é fazer existir publicamente”. (RAGO, 2010, apud ROSA, 2013, p. 197)

Sem deixarmos, claro, passar despercebido que essa variedade de material (cartas, diários, relatos orais, etc.) considerados documentos, fornecem, cada vez mais, fragmentos do vivido. Devemos, pois, atentar para o fato que, quem escreve algo numa carta, por exemplo, escreve para alguém. Nessa escrita, o(a) escritor(a) vai fazer referência apenas aquilo que ele(a) deseja que se tome conhecimento pelo(a) outro(a).

Na maioria das vezes, esse material de cunho mais pessoal não se encontra divulgado no coletivo. As lembranças “são zelosamente guardadas em estruturas de comunicação informais e passam despercebidas pela sociedade englobante.” (POLLAK, 1989, p. 8) É nas entrevistas que, frequentemente, recorre-se para diminuir as lacunas que perduram na escrita.

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “Memória oficial”, no caso a memória nacional. (POLLAK, 1989, p. 4)

Sabendo, pois, da importância de se conhecer o outro (grupos, acima, denominados como excluídos, marginalizados e minorias), principalmente, durante a formação dos(as) jovens, que buscamos nesse texto apresentar as mulheres sobre outra perspectiva diferentes daquelas que as enquadram como frágeis, submissas e

coadjuvantes. Assim como, buscamos chamar a atenção para que essa temática ganhe mais espaços dentro das escolas, dada a sua importância.

A ESCOLA VISTA COMO AMBIENTE PROPÍCIO PARA REELABORAR A REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES NA SOCIEDADE: UM ESTUDO DO LIVRO DIDÁTICO.

A memória a respeito das mulheres que participaram na luta contra a Ditadura Civil-Militar, no Brasil, apresenta significativa importância no estudo da História, tendo em vista que tal regime autoritário acarretou a morte, exílio e prisão de muitas delas que se posicionaram, firmemente contra a repressão, tortura e perseguição advinda deste regime. Sendo dessa forma um meio de revelar a contribuição social dessas mulheres.

O curioso é que, mesmo depois de tantos anos do fim deste regime, ainda, persiste a ausência, na maioria dos livros didáticos, de um espaço que aborde a participação das mulheres nas lutas de resistência. Tal ausência é caracterizada, da seguinte forma, pela historiadora Margareth Rago,

na minha opinião, temos uma historiografia que é marcada por uma dicotomia muito forte. De um lado, praticamente todos os trabalhos que falam da ditadura militar no Brasil são escritos por homens e falam dos homens. De repente, tem um capítulo pequeno, uma nota de rodapé, que cita uma mulher e faz uma concessão, mas, em geral, não há isso. (RAGO, 2009, p. 1-2)⁶.

E quando acontece delas serem mencionadas, ocorre que, na maioria dos textos, elas são apresentadas, geralmente, apenas como auxiliaadoras dos homens, exercendo, mais raramente, os papéis de protagonistas.

O livro didático que neste texto citamos, no que se refere à participação das mulheres na Ditadura Civil-Militar acaba ocasionando, pela ausência da temática, a situação em que os(as) alunos(as) não conseguem fazer uma reflexão sobre a importância do feminino para o fim do Regime Militar e, conseqüentemente, a partir dessa reflexão, desconstruir algumas verdades estabelecidas, dado o fato que pouca coisa é citada sobre essa temática.

Sabemos, pois, que desde o século XIX, os padrões científicos caracterizaram o

⁶Em entrevista à IHU On-Line, realizada por telefone, Rago destacou alguns momentos que foram marcantes para as mulheres que, ao longo do tempo, não foram ouvidas nos debates, análises e reflexões sobre a repressão militar.

homem, com o cérebro, a inteligência, a razão e a capacidade de decisão; a mulher, com o coração, a sensibilidade e os sentimentos. Por isso, dada a natureza necessariamente racional da política, a mulher não poderia ocupar cargos públicos ou intrometer-se nesses assuntos. A mulher estaria reservado, e ainda assim com limites, o espaço privado, íntimo, da casa e da família. (PERROT, 1988, p. 179-180).

E mesmo estando em pleno século XXI, ainda nos deparamos com esse tipo de discurso, que é dado como verdade e que relaciona o papel das mulheres como aquelas que não têm conhecimentos políticos, pois, é dito que as questões políticas são assuntos reservados para os homens, as mulheres só sabem cuidar da casa e da sua família.

Neste contexto afetivo designado a mulher, a historiadora Tania Swain acentua que,

a injunção do dispositivo amoroso: este constrói e ensina às mulheres a necessidade do esquecimento de si, do cuidado de outrem, da abdicação de seus desejos, da submissão a ordem estabelecida, do respeito às regras e normas sob pena de exclusão. Devem viver sob o signo do amor: amor a família, ao próximo.⁷

Nesse viés, podemos apontar que a escola é o ambiente onde, por meio da relação professor(a)/aluno(a), podem ser construídos novos saberes, refazer novas leituras dos momentos históricos, dentre outras mudanças. Mas, para compartilhar com os alunos e as alunas novos saberes, é necessário, como ressaltou a autora Lívia Brisolla, “dispor de um livro didático diversificado e flexível, sensível à variação das formas de organização escolar e dos projetos pedagógicos, assim como às diferentes expectativas e interesses sociais e regionais.” (BRISOLLA, 2007, p. 905).

Ainda, com relação ao livro didático, de acordo com Circe Bittencourt,

o livro didático tem sido, desde o século XIX, o principal instrumento de trabalho de professores e alunos, sendo utilizado nas mais variadas salas de aulas e condições pedagógicas, servindo como mediador entre a proposta oficial do poder expressa nos programas curriculares e o conhecimento escolar ensinado pelo professor. (BITTENCOURT, 2004, p. 72 apud OLIVEIRA, 2011, p. 146).

Sendo o livro didático a principal ferramenta da maioria dos(as) educadores(as) na transmissão do conhecimento, o mesmo, ainda na perspectiva de Bittencourt, também,

é um importante veículo portador de um sistema de valores, de ideologia, de cultura. Várias pesquisas demonstram como textos e ilustrações de obras

⁷Disponível em: <http://www.tanianavarrosain.com.br/brasil/argentinamf.htm>

didáticas transmitem estereótipos e valores dos grupos dominantes, generalizando tema, como família, criança, etnia, de acordo com os preceitos da sociedade branca burguesa. (BITTENCOURT, 2004, p. 73 apud OLIVEIRA, 2011, p. 145)

Nesta transmissão de estereótipos e valores citados por Circe, a representação das mulheres nos livros didáticos como também em outros cenários em que estas estão envolvidas, aparecem conforme a sociedade já os definiu. Entretanto, há uma necessidade de desconstruir essa perspectiva que torna as mulheres marginalizadas e excluídas dos acontecimentos históricos por serem consideradas inferiores aos homens.

É importante frisar que, sendo o livro didático uma das principais fontes de transmissão do conhecimento na relação professor(a)/aluno(a), fica evidente a necessidade de analisar os conteúdos abordados nos livros didáticos, pois como evidenciou Circe Bittencourt, “o papel do livro didático, na vida escolar pode ser o instrumento de reprodução de ideologias e do saber oficial imposto por determinados setores do poder e pelo Estado.” (BITTENCOURT, 2004, p. 73 apud OLIVEIRA, 2011, p. 145)

Assim sendo, ao citar nas salas de aulas a participação das mulheres como aquelas que atuaram nos movimentos contra a Ditadura Civil-Militar, no Brasil, os(as) alunos(as) poderão tomar conhecimento e refletir sobre a atuação destas nos movimentos contra esse regime despótico que aqui tratamos. Pois, mesmo elas vivendo em uma sociedade patriarcal, não se deixaram abater pelas dificuldades, medos e torturas, mas lutaram por seus ideais, ressalte-se que, não como coadjuvantes, mas como protagonistas que fizeram toda diferença na luta contra o regime opressor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Deve-se, antes de tudo, insistir na mudança da visão equivocada sobre a real participação feminina nestes movimentos de lutas contra o Regime Militar para que possamos desfrutar da almejada liberdade de expressão, sufocada durante o período de 21 anos de Ditadura Civil-Militar.

Todavia, é importante ressaltar que, ao relatar neste artigo a necessidade de abordar nos livros didáticos a participação das mulheres que foram contra o Regime Militar, não significa torná-las heroínas, mas como enfatizou Margareth Rago,

não se trata, aqui, de vitimizar mais uma vez as mulheres, chorando infinitamente as suas dores, nem de construir ingenuamente figuras heróicas e idealizadas, já ultrapassadas. Trata-se, antes, de permitir que a pluralidade da história não seja obliterada pelas narrativas pretensamente universais, sempre excludentes e estigmatizadoras, criando-se espaços para a expressão diferenciada da memória de todos os setores sociais. (RAGO, 2009, p. 7)

A ausência destas mulheres nos livros didáticos e em alguns textos acadêmicos leva-nos a refletir o quanto as memórias de lutas das mulheres podem contribuir para o aprimoramento do conhecimento dos(as) educandos(as) nas salas de aulas se essa situação de silenciamento tiver um fim.

E, assim, finalizamos com o que disse Rago sobre a coragem feminina,

como não admirar a imensa coragem dessas mulheres que profere discursos da verdade que lhes são próprios e que lhes custaram tão caro, não só correndo o risco da perda da própria vida mas também as dos seus filhos? Como não perceber o cuidado que dispensaram a outras mulheres e também aos homens, cuidado que é ao mesmo tempo um cuidado de si e amor pelo mundo. (RAGO, 2012, p. 538)

Coragem esta que como descreve Margareth Rago esta presente nas diversas atuações desenvolvidas pelas mulheres militantes. E que já não podemos deixar que continuem sendo silenciadas neste país.

REFERÊNCIAS

BRISOLLA, Livia. **O Livro didático não morreu. Estará agonizando? Aproximações Teóricas Sobre um Objeto de Estudo.** 16º Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisadores de Artes Plásticas Dinâmicas Epistemológicas em Artes Visuais - Florianópolis, 2007.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Discursos e Notas Taquigráficas.** Brasília, DF, 11 de ago. 2004. Seção 160.2.52.O.

Disponível em:

<<http://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=3&nuSessao=160.2.52.O&nuQuarto=70&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=16:16&sgFaseSessao=OD%20%20%20%20%20%20%20%20%20&Data=11/08/2004&txApelido=JANDIRA%20FEGHALI&txEtapa=Com%20reda%C3%A7%C3%A3o%20final>>. Acesso em: 05 de maio de 2017.

IHU ON-LINE. **As mulheres e a ditadura militar no Brasil.** Entrevista especial com Margareth Rago, 2009. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/26400-as-mulheres-e-a-ditadura-militar-no-brasil-entrevista-especial-com-margareth-rago>>. Acesso no dia 01 de setembro de 2014.

MORIGI, Valdir Jose; ROCHA, Carla Pires Vieira da; SEMENSATTO, Simone. Memória, representações sociais e cultura imaterial. **Revista Morpheus** – Revista Eletrônica em Ciências Humanas – Ano 09, número 14, 2012, p. 182-191. Disponível em: <http://www4.unirio.br/morpheusonline/numero14-2012/artigos/waldir_pt.pdf>. Acesso em 01 de maio de 2017.

OLIVEIRA, Wilson Sousa. A imagem da mulher nos livros didáticos e relações de gênero. **Revista Fórum Identidades**, Itabaiana: GEPIADDE, ano 5, volume 9, jan-jun. de 2011. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/forumidentidades/article/view/2078/1817>>. Acesso em 01 de maio de 2017.

PERROT. M.. **Os excluídos da História: Operários, Mulheres e Prisioneiros**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jun. 1989. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>>. Acesso em: 01 Mai. 2017.

PORTELLI, Alessandro; JANINE RIBEIRO, Tradução: Maria Therezinha; RIBEIRO FENELÓN, Revisão Técnica: Déa. O QUE FAZ A HISTÓRIA ORAL DIFERENTE. **Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História. ISSN 2176-2767**, [S.l.], v. 14, set. 2012. ISSN 2176-2767. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11233/8240>>. Acesso em: 01 maio de 2017.

RAGO, L. Margareth. Desejo de memória. In: RAGO, Margareth (Org.). Dossiê 'Memórias Insubmissas'. **Revista Labrys**, n. 15-16, dez. 2009.

_____. A coragem feminina da verdade: Mulheres na Ditadura Militar no Brasil. In: ASSY, Bethania (Cord.) et al. **Direitos Humanos: justiça, verdade e memória**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

ROSA, Susel Oliveira da. **Mulheres, ditaduras e memórias**: “Não imagine que precise ser triste para ser militante”. São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2013.

SILVA, Gilvan Ventura da. Prisioneiras do esquecimento: a representação das mulheres nos livros didáticos de história. **Dimensões – Revista de História da Ufes**. *Online*, n. 23, 2009. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/viewFile/2509/2005>> Acesso em 01 de setembro de 2014.

SWAIN, Tania Navarro. Tecnologias sociais e a construção da diferença sexual. **Mora (B. Aires)**, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, v. 17, n. 1, jul. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1853001X2011000100005&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 30 abr. 2017.

VICENTINO, Cláudio. **Projeto Mosaico: História**. São Paulo: Scipione, 2015.